

ESPAÇOS DISTORCIDOS: FEMINISMOS, TEORIAS *QUEER* E GEOGRAFIAS

Cesár Augusto Ferrari Martinez

Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: cesarfmartinez@yahoo.com.br

Resumo

Esse artigo propõe uma síntese da literatura feminista e em especial da literatura *queer* das últimas décadas e sua relação com o conhecimento geográfico. Para isso, parte-se argumentando que as noções operantes nos conceitos espaciais são enviesadas por tradições de pensamentos binárias e masculinas. Oferece os conceitos-chave de *embodiment*, performatividade e devir como ferramentas para politizar e desconstruir noções dominantes na pesquisa geográfica, bem como exemplos de autoras e autores que os vem desenvolvendo. Também, apresenta como conceitos de *escala*, *limite* e *nação* vêm sendo problematizados por essa literatura e seu potencial para novas investigações. Finalmente, defende uma agenda de investigação que faça uso dessa literatura com objetivo de desestabilizar epistemologias totalitárias.

Palavras-chave: Geografias feministas; Geografias *queer*; Geografias pós-estruturais.

QUEER SPACES: FEMINISMS, QUEER THEORIES AND GEOGRAPHIES

Abstract

This article offers a synthesis of feminist literature and especially on recently queer literature and its relation with geographic knowledge. For this, it starts arguing that notions of spatial concepts are biased by masculine and binary traditions of thought. It offers the key-concepts of embodiment, performativity and becoming as tools to politicize and deconstruct dominant notions on geographic research, as well as example of authors that have been developing them. Also, it presents how concepts of scale, limit and nation have been problematized by this literature and its potential to further investigations. Finally, is defends an agenda that uses this literature focusing on destabilize totalitarian epistemologies.

Keywords: Feminist geographies; Queer geographies; Post-structural geographies.

ESPACIOS DISTORSIONADOS: FEMINISMOS, TEORÍAS *QUEER* Y GEOGRAFÍAS

Resumen

Este artículo plantea una síntesis de la literatura feminista y particularmente de la literatura *queer* de las últimas décadas y su relación con el conocimiento geográfico. Para ello, se parte argumentando que las nociones operantes en los conceptos espaciales son sesgadas por tradiciones de pensamiento binarias y masculinas. Se ofrece los conceptos clave de *embodiment*, performatividad y devenir como herramientas para politizar y desconstruir nociones dominantes en la investigación geográfica, así como ejemplos de autores y autoras que los vienen desarrollando. Además, se presenta cómo los conceptos de escala, límite y nación vienen siendo problematizados por esa literatura y su potencial para las nuevas investigaciones. Finalmente, defiende una agenda de investigación que haga uso de esa literatura con objetivo de desestabilizar epistemologías totalitarias.

Palabras clave: Geografias feministas; Geografias queer; Geografias postestructurales.

Introdução

Desde que cheguei ao Chile, na condição de estudante internacional de doutorado, tenho vivido consecutivas distorções em minha forma de produzir categorias e constituir-me como investigador. Me reconheço na frase de Paulo Freire, que disse que “vivía a experiência de ‘tomar distância’ com consequências epistemológicas” (FREIRE, 2014, p. 22) quando estive em Santiago. Minha aproximação com os estudos feministas e com as teorias *queer* me desestabilizaram de minhas inscrições teóricas. Meus parâmetros de normalidade, equilíbrio e ordem foram sendo dissolvidos em um corpo desorientado, bizarro e em movimento. Nesse texto, argumento como essa desorientação pode ser politicamente estimulante na produção de um aporte desconstrutivo às epistemologias masculinas operantes na geografia.

As teorias *queer* são mais do que um tópico específico de gênero, ainda que não se possa descartar o papel do debate de gênero nelas. A palavra inglesa *queer* significa distorcido ou tortuoso e é uma oposição a outra palavra, *straight* (reto). Além do seu significado literal, são palavras que identificam identidades sexuais e de gênero: *queer* é um termo utilizado pejorativamente para ofender homossexuais ou comportamentos sexuais e de gênero considerados desviantes da normalidade (Viado! Bicha!). Enquanto *straight*, por sua vez, identifica também uma forma coloquial de posicionar o heterossexual. O binômio *straight* e *queer* passou a operar como duas dimensões epistemológicas, na medida em que teorias feministas utilizaram as palavras para designar modos de fazer ciência (TALBURT; MATUS, 2014). Enquanto o mundo branco, masculino, heterossexual gozava de uma ciência pretensamente ordenada, precisa e legitimada, havia milhares de mulheres que se moviam para outras formas de pensamento buscando compreender relações de poder e saber profundas nessas estruturas.

A teoria *queer* não é por si só a teoria feminista, tampouco explica sozinha o que é o pensamento pós-moderno. Apesar de ser uma convergência de correntes pós-estruturalistas com estudos feministas e de gênero, ela constitui-se uma filosofia de pôr-se em movimento teoricamente, em exercício de constante reposicionamentos – politizando e desnaturalizando cotidianos. Neste artigo, narro historicamente as principais ideias que culminaram em novos giros epistemológicos a partir de teóricas feministas e *queer* na geografia. Em geral, se atribui três autores da escola francesa (três homens!) como os

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

precursores de uma forma de pensamento que permitiria às teorias feministas desafiar os protocolos de fazer ciência com um aporte desconstrutivo: Jacques Derrida com estudos de linguagem, Michel Foucault com estudos sobre poder e Gilles Deleuze com estudos sobre diferença (ainda que boa parte desse último tenha sido escrita com Felix Guattari). Jacques Derrida publica “Gramatologia” em 1967, Gilles Deleuze publica “Diferença e Repetição” em 1968, enquanto Michel Foucault publica a “Arqueologia do Saber” em 1969 e “A Ordem do Discurso” em 1970. A obra desses autores não é totalmente coerente entre si, mas aponta à disfunção que estimula os pensamentos pós-estruturais, ainda que esses não tenham se limitado às ideias deles.

A partir sobretudo das décadas de 1970 e 1980, inúmeras acadêmicas feministas¹ articularam-se problematizando os conceitos fundacionais que operavam na produção de verdades, inclusive por parte desses próprios precursores. Sem querer *inventar a roda*, o que proponho é uma revisão da literatura *queer* produzida em alguns lugares dispersos, principalmente sob influência dessas autoras, de maneira a encaminhar potencialidades políticas dessa literatura na produção de leituras complexas e móveis de espaço. Ou menos pretensiosamente, uma vontade como professor de reunir em um único artigo um grande número de excelentes referências teóricas das geografias e filosofias *queer*.

Faço isso em três momentos. No primeiro, me esforço para situar um pouco da historicidade da relação espaço e feminismo na literatura, argumentando sobretudo como as teóricas feministas vêm destituindo os binários de oposição na composição de entendimentos epistemológicos. Parto de como o pensamento moderno concebe o espaço, na medida em que vou descrevendo a literatura que subverte compreensões e que articuladamente foi aportando a compreender em processos de naturalização e formas de dominação. A teoria *queer* é simultaneamente uma teoria do conhecimento, uma teoria de gênero e uma teoria de poder. Entender essa coexistência me permite apresentar algumas ferramentas analíticas compartilhadas por geógrafas, filósofas e outras acadêmicas feministas: o *embodiment*, a performatividade e o devir. Por fim, indico leituras que possam promover as metodologias *queer* em categorias geográficas, exemplificando a partir dos estudos de escala, nação e globalização. Termino o texto com uma agenda teórica para compartilhar com outras geógrafas e geógrafos que partilhem dos mesmos problemas e perguntas de pesquisa.

¹ Para fazer justiça: Elizabeth Grosz, Pathy Latter, Luce Irigaray e outras mulheres citadas ao longo desse texto. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.*

Feminismos e Geografias: desconstruindo binários

A prática metodológica de desconstrução não é a de destruição, mas de decomposição das partes. Desconstruir significa desnaturalizar o social, explorando contínuos e descontínuos de suas práticas. A crítica teórica promovida pelos estudos feministas pode ser resumida em uma crítica ao humanismo como estrutura de pensamento (ST. PIERRE, 2000), ou seja, a toda presunção de um mundo unitário, estável, quantificável e coerente. O esforço iterativo para delimitar uma forma de razão compreensível pode ser traduzido como uma forma de controle sobre o mundo. A propagação de uma realidade com funcionamento racional e exato responde à presença de certos modos de racionamento matemático entre a ciência heternormativa, transbordando também para as políticas públicas, educação escolar e toda outra estrutura dependente desse modo de fazer ciência.

A modernidade ocidental se apoiou em certas filosofias para narrar a história do mundo como nós a conhecemos. Essas histórias se baseiam em representar uma unidade reconhecível e atribuir à diferença um papel de negação dessa unidade. A alteridade é a não possibilidade de ser, é o desvio, é o anormal. Essa estrutura binária, conforme argumenta Arneil (1999), foi migrando entre diversas racionalidades que orientam o que reconhecemos hoje como pensamento científico. De acordo com a autora (ibid.), os papéis de gênero são exemplos de estruturas que foram se reproduzindo baseadas nessas distinções. Nessa reprodução, as identidades de homem e mulher passaram a receber atribuições presumidas. Gênero passaria a ser uma categoria de inscrição de outros atributos.

Faço-me valer de dois exemplos da própria autora (ibid.) para ilustrar como esses binários impactam a produção do espaço geográfico e o seu entendimento. O primeiro deles é a distinção entre o público e o privado, com origem no pensamento aristotélico. Para a tradição grega, a separação entre a esfera pública e privada era fundamental para o estabelecimento do conceito de Estado. Para isso, os espaços de domínio público (*polis*) e do domínio privado (*oikos*) foram estabelecidos sob regimes de gênero. O homem estaria disposto à vida pública, enquanto a mulher condenada ao trabalho doméstico.

Essa divisão, ainda de acordo com Arneil (ibid.), migra por diferentes correntes do pensamento e segue operando a normativa patriarcal. Na teoria liberal, por exemplo, houve a preocupação de que a estrutura familiar permanecesse estável. Por isso, os princípios de cidadania e universalização foram aplicados aos cidadãos masculinos, submetendo a mulher à esfera do lar. Mesmo nas teorias marxistas sobre exploração da mão-de-obra e das relações

de trabalho, o trabalho doméstico foi renegado a uma dimensão do privado. Apenas no século XX, com o aporte do feminismo marxista, houve a denúncia à exploração do trabalho feminino.

Além da questão do público/privado, Arneil (1999) também argumenta sobre a distinção cultura/natureza. A dualidade reproduz um universo do *intocado, selvagem, imprevisível* – que se estabelece como o natural – enquanto há um domínio do *lógico, racional e controlado* – o cultural. Feministas (ARNEIL, 1999; GROSZ, 2015; ST. PIERRE, 2000) apontam que essa distinção, associada à dualidade *polis/oikos*, reproduz e reforça a diferença entre homens e mulheres. O binário atribui aos homens o exercício de pensar, dominar, tomar decisões. Para as mulheres, resta todo o mundo ligado ao biologizante: o parto, a menstruação, a histeria. Esse contexto discursivo é uma narração durável, que vem atribuindo lugar de impossibilidade às mulheres. Além disso, reforçando um *status* masculino não só de dominação no sentido interpessoal, mas de uma ciência heteronormativa persistente, um modo de pensar masculino.

Conforme a teoria feminista ganhou corpo e passou a questionar, sobretudo no século XX, formas de pensamentos patriarcais, logo outras formas de narrar a dominação emergiram e passaram a utilizar e aprofundar esses argumentos. O movimento feminista negro passou a pôr em dúvida os argumentos das mulheres brancas que resumiam as relações de dominação a homem/mulher. De acordo com essas feministas (ZALTA, 2003), haviam outros eixos de dominação, como raciais, etários, geográficos, etc. Surge o campo dos estudos culturais como o conjunto de conhecimentos relegados pela masculinidade ocidental. A obra *Orientalismos* de Edward Said é exemplo da influência dos estudos culturais no pensamento geográfico. Said mostra como a construção de um conceito de Oriente como oposição ao Ocidente, sustentando ideias de exotismo que fundamentam discursos de dominação. Para o autor (SAID, 2007), a forma como a ciência e a política ocidental concebe o *oriental* é um discurso reducionista e estratégico, que abre caminho a formas de governo e controle de territórios e sujeitos.

Apesar de ter sido uma ruptura substancial em como o conhecimento era concebido, alguns teóricos dessa linha passaram a ser criticados pelo uso limitado da ideia de interseccionalidades. Ou seja, que as pessoas acumulavam identidades e que a combinação ou soma dessas identidades representava um certo contexto de dominação. Por exemplo, uma mulher negra sofreria uma dominação mais evidente que uma mulher branca. Outra mulher, negra e pobre, teria sua condição agravada pela soma de gênero, raça e classe. Mesmo

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

considerando que esses estudos foram de grande aporte para a formulação de políticas públicas progressistas, como as cotas raciais, cotas para pessoas com deficiências, entre outras, eles passaram a ser questionados por feministas *queer* (MCCALL, 2008) .

A primeira crítica surge quanto a pensar nessas identidades como fixas. Ou seja, que as categorias como raça, gênero, nacionalidade, classe social, entre outras, são predeterminantes. Quando se opera esse pensamento, criam-se contextos onde esses rótulos mais do que anunciar, servem para inscrever (ROSENBLUM, 1994). Produz-se base para atribuir aos sujeitos características que são supostamente compartilhadas entre esses grupos, assumindo o sujeito como estável e o grupo como homogêneo. As feministas *queer* defendem que o sujeito se faz em movimento e que, portanto, as identidades são processos inacabados (DJOHARI; BROWN; STOLK, 2017). Por isso, e desde aí surge a segunda principal crítica, oferecem o conceito deleuziano de *agenciamento*² para posicionar essas identidades não como somas, mas um contexto de autoprodução. Por aí, se poderia pensar que o gênero também produz classe, que esses dois em conjuntos produzem raça, ou seja, que o corpo de relações de um conjunto não é fixo nem estável (DELEUZE; GUATTARI, 1987).

Diversas geógrafas nas últimas décadas passaram a teorizar a partir das contribuições feministas³. Apesar de geógrafos como David Harvey e Edward Soja tornarem-se conhecidos por suas obras que levam *pós-moderno* no título⁴, a influência do pensamento pós-estruturalista feminista se desenvolve mesmo com geógrafas como Doreen Massey. Obras clássicas como *Space, Place and Gender* [Espaço, Lugar e Gênero] e *For Space* (traduzido no Brasil como *Pelo Espaço*) são textos disruptivos à forma como se produz conhecimento em Geografia. Outras autoras não tão traduzidas no Brasil, mas de grande impacto na produção internacional, a exemplo de Linda McDowell em inglês e Maria Dolors García Ramón em espanhol, também produziram argumentos de como o feminismo explica a produção de espaço pelo gênero. No Brasil, os trabalhos de Joseli Maria Silva, Márcio Ornat e Susana Veleda da Silva são referentes à literatura de gênero da geografia.

² Apesar de no Brasil haver se popularizado o termo *agenciamento*, ele é pouco representativo do que o conceito de Deleuze significa para a literatura. Outros termos como *arranjo* ou *montagem* poderiam ser símiles mais apropriados para sua versão inglesa *assemblage* e espanhola *ensamblaje*. Para aprofundar o conceito, sugere-se, além do próprio Deleuze, a obra de Puar (2007).

³ Para aprofundar esse aspecto, que eu apenas tangencio nesse texto, sugiro a obra *Geografias Subversivas* (SILVA, 2009), onde Joseli Silva e autores convidados apresentam um estado da arte sobre a relação gênero e geografia, constituindo-se uma boa síntese da literatura internacional em português.

⁴ *Condição Pós-moderna* de David Harvey e *Geografias Pós-modernas* de Edward Soja.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

As teorias *queer* operam novas formas de pensar na produção de conhecimento. À Geografia, produzem movimentos de onde se possa investigar o espaço a partir dos discursos que o constituem e de como são vividos pelos sujeitos. Noções de nação, região, fronteira, território, paisagem – e tantos outros constructos geográficos são fundamentadas em parâmetros normativos. O aporte das teorias feministas não é só de inserir o gênero como mais um atributo na produção do espaço, mas de questionar os saberes sobre os quais essas noções foram produzidas. Ou seja, mais do que um tema é uma epistemologia. O feminismo *queer*, especificamente, quer *desnortear* e *desorientar*, por isso, uma teoria da desconstrução.

Ferramentas para geografias feministas

Teóricas feministas *queer* vêm empregando uma série de conceitualizações para buscar entender espaço e tempo de maneira não-fixa. Nesse artigo, fiz uma seleção de três ferramentas que considero politicamente urgentes a novos aportes no conhecimento geográfico. Falo de *embodiment*, um termo de difícil tradução, mas que se poderia resumir por “viver no corpo”. Após, traço alguns comentários sobre a importância metodológica da *performatividade*. Finalmente, apresento a perspectiva teórica do *devoir* e as implicações políticas desse conceito para a pesquisa em geografia.

Embodiment

Uma das orientações sobre a qual se desenvolve a teoria feminista é a de novos materialismos. Nas teorias *queer* essa crítica se consolida nos argumentos de Karen Barad. Para a física feminista (BARAD, 2003), os novos materialismos vêm contrapor o giro representacional que prevaleceu nas últimas décadas. Barad argumenta que no contexto representacional a linguagem existia por si só e era o objeto de análise dos investigadores, afirmando uma modalidade de ciência interpretacionista e psicologizante. Ou seja, se separa o objeto de estudo do sujeito que produz esse objeto. Em reconhecer que o objeto e sujeito são parte de uma mesma materialidade, feministas passaram a usar o conceito de *embodiment*. Ao invés de utilizar vocábulos passivos para designar processos humanos, como “sentir” ou “perceber”, passaram a descrever as situações como “vivas”, “materializadas”, “corporizadas”. O *embodiment* vem dissolver a separação corpo e mente disseminada por Descartes, reprodutora de mais um binário de dominação (conforme crítica em BORDO, 1986).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

Essa é uma resposta teórica e de resignificação do conceito fixo de corpo e como esse tem sido usado para dominação. Tem-se justificado em questões fisiológicas muitas das diferenças produzidas socialmente, sustentando assim argumentos que naturalizam condições de dominação. São exemplos os estudos de darwinismo social, os estudos antropométricos, as etnografias colonialistas, entre tantas outras correntes que subjugam raça, gênero e até classe social a corpos limitados. Esses saberes produzem formas de controle sobre esses corpos, tecnologias de governo que denominam o que Foucault (1985) conceitua como *biopoder*. O geógrafo estadunidense Michael Brown, junto a seus colegas Larry Knopp (2006, 2011) e Stephen Legg (2013) vem tecendo críticas a como a cartografia é uma estratégia de governo e de subjugação dos corpos. De acordo com eles, o mapa sustenta um discurso de que aqueles que habitam o interior das linhas de fronteira compartilham algo entre si. Com isso, produz-se um contexto passível de inscrever valores e características a certos territórios, como se esses territórios precedessem os sujeitos (MATUS, 2016; RIZVI, 2009).

Em não tentar generalizar um modelo totalizante, vale dizer que uma parte imensa da produção *queer* se baseia no que se pode chamar *dados menores* (KORO-LJUNGBERG, 2015). Ou seja, não se atribui importância ao tamanho da mostra, a modelos gerais ou a estudos de grande cobertura territorial. Ao contrário, se produz um conhecimento a partir de realidades experienciadas, o que Donna Haraway (1988) conceitua como “conhecimentos situados”, aqueles produzidos a partir de como uma pessoa vive uma realidade, em dados tempos e espaços. Com isso, passa-se a reconhecer a relevância de mulheres estudando feminismo, negras estudando relações raciais, latinas estudando geopolítica. Em não separarmos o objeto de estudo de como o pesquisador vive esse mesmo objeto, temos que o conhecimento por si só é corporizado. Essa perspectiva reposiciona os corpos desses sujeitos subjugados na universidade, pois abre caminho para que o conhecimento seja tão diverso quando são diversas as experiências das pessoas que os produzem.

Performatividade

Performatividade é uma ferramenta teórica desenvolvida por Judith Butler a partir do conceito original de John Austin e do trabalho de Foucault e Derrida. Fusão entre as palavras *performance* e *atividade*, a performatividade é produzida por discursos reiterativos que reproduzem e restringem certos fenômenos (BUTLER, 2011). Butler utilizou essa definição para explicar como o gênero era produzido e sustentado através de seus discursos, gerando

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

ao mesmo tempo identidade e limite. A prática performativa não é intencional, mas reproduz sistemas de poderes através dos sujeitos. A obra de Butler se sustenta de muitas maneiras em conceitos de Foucault. Por exemplo, na ideia de sujeito como agência (FOUCAULT, 1996), da indissociabilidade entre prática e discurso (FOUCAULT, 1996, 2010) e da continuidade/descontinuidade dos discursos (como ressalta YOUDELL, 2006). Em outras palavras, a performatividade é o conjunto durável de práticas discursivas que reiteram certos contextos normativos a certas identidades.

Na Geografia, ela vem sendo uma ferramenta ainda pouco utilizada. Nelson (1999), chama à atenção para a potencialidade do conceito em análises de identidade regional e nacional. A cartografia pós-representacional sugere grandes aportes quanto a isso, pois argumenta que os mapas são exercícios performativos de poder mais ou menos contínuos (AZÓCAR FERNÁNDEZ; BUCHROITHNER, 2014). Isso significa que conceitos como nação ou região poderiam ser analisados não na busca por similitudes e diferenças, mas como são performatizados por sujeitos e, simultaneamente, por políticas públicas. Mais além, como se produz o processo de identificação e desidentificação desses sujeitos com esses contextos espaciais normativos. Pois conforme alerta Youdell (2006), o processo de negação dos discursos também é performativo e de certa forma sustenta esse mesmo discurso.

Devir

Para não entender a realidade como fixa, feministas desenvolveram, com grande influência deleuziana, o conceito de devir. O devir ou “vir a ser” tem duas potencialidades teóricas: a primeira é de não compreender os sujeitos a partir de um ponto isolado em suas trajetórias, mas em um conjunto de práticas e contextos. Isso exige uma compreensão não fixa de tempos e espaços, pois o sujeito não é, vem sendo. O segundo, que considero potente politicamente, é entender que todo momento é uma possibilidade de divergência. Não há previsibilidade absoluta. Isso não quer dizer que toda escolha seja livre e que não existam condições à possibilidade, apenas que as trajetórias não são lineares e que não é possível entendê-las a partir de uma ideia estática ou sequencial de sujeito. É necessário por atenção ao movimento mais do que à posição.

Doreen Massey (2008, 2013) oferece aportes significativos quanto a isso, pois conceitua o lugar como um espaço de convergências e divergências, ou seja, de encontro de trajetórias mas ainda assim de possibilidade. Somos designados, mas não condenados aos espaços em que vivemos. O agenciamento entre os conceitos de corpo/*embodiment*,

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

performatividade e devir orientam para um processo de identidade espacial que não é nunca acabado, num constante fluxo de reposicionamento a cada encontro (WILSON, 2016). Geograficamente, isso nos permite questionar as identidades pré-atribuídas pelo espaço, ou seja, o território como definidor do sujeito. Se sujeitos se constituem continuamente em devir, as identidades espaciais são resultado de seus discursos e as relações espaciais não se definem *a priori*.

Distorcendo as Geografias: aportes feministas

Nessa seção, encaminho alguns exemplos de como teorias feministas podem e vem distorcendo posições quanto ao espaço. Tomo três conceitos que considero fundacionais na teoria geográfica: escala, limite e nação, e apresento algumas geógrafas e geógrafos que vem pesquisando como esses são estabelecidos em orientações normativas. Apesar de apresentados separadamente, é importante perceber como os três conceitos aportam em seu conjunto, politizando e mobilizando as leituras geográficas.

Escala

As críticas à ideia de escala como dimensão vêm sendo feitas desde a década de 1990, principalmente por trabalhos icônicos como os de Neil Smith (1992), Sally Marston (2000) e Neil Brenner (2001). Contudo, foi na última década que o conceito foi significativamente reapropriado pela pesquisa em geografia. Aqui, apresento brevemente autores e autoras que incorporam teorias feministas para indagar politicamente noções normativas de escala geográfica. A Escala vem sendo entendida por geógrafas e geógrafos feministas como um exercício de poder que se institui normativa e performativamente (ver SCHURR, 2014).

Chris Collinge toma o trabalho de Erik Swengedouw (2004) como argumento para criticar a forma como a escala vem sendo utilizada nas pesquisas em geografia humana. Para o autor (COLLINGE, 2005), há uso de uma associação linear entre três instâncias: estado-nação, território e área. Essa associação vem sendo ocupada, sobretudo pela geografia política, para fazer comparações entre unidades que não são estáveis. Collinge (ibid.) ainda argumenta que a forma reducionista que a escala é pensada em algumas pesquisas supõe a existência do espaço sem sociedade, como uma entidade meramente métrica. Stephen Legg

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

(2005) chama à atenção de como a escala e a representação cartográfica são utilizadas como práticas de subjetivação. Para o autor, o discurso escalar territorializa os sujeitos e permite tecnologias de governo por parte do Estado. A coleta e divulgação de informações, como dos censos, reforça o mapeamento de uma população contingente ao território (ibid.).

Kaiser e Nikiforova (2008) dão seguimento à relação entre política e escala, pondo em dúvida a relação entre lugar e identidade quando entendem o discurso escalar como um exercício de poder. Mais além, postulam à compreensão da escala como um regime espacial e, portanto, como um regime de conhecimento. O autor e a autora (ibid.) propõem que o entendimento da escala como performativa desafia à ideia de espaços como estáveis, pois o mesmo se constitui num devir de discursos reiterativos.

Limite

A discussão do limite é distinta dos estudos sobre fronteira. Enquanto a fronteira é um espaço de inúmeras investigações por parte de geógrafos políticos, o limite ainda é um suposto um tanto quanto obscuro que segue operando invisibilizado nas ciências sociais. O limite é tomado pelas investigações como o tracejado infinito-decimal que dá à escala características regulatórias, sendo ele próprio o marco normativo do espaço. Dentre de uma perspectiva totalizante de limite, há margem para inscrever identidades e características prévias aos sujeitos. Ou seja, se toma o limite como uma linha que delimita um espaço-comum entre si. Por isso, o limite é o ponto nefrágico para os geógrafos desconstruírem os preconceitos espaciais de região, nação e geopolítica em geral.

Podemos sintetizar a discussão sobre os limites em três grandes correntes teóricas⁵. Por um lado, uma visão positivista de limite naturaliza os territórios como contentores dos sujeitos. Nessa perspectiva, o sujeito que cruza um limite em direção a outro território apronta-se a imergir no diferente, pois o limite estabelece uma geopolítica do homogêneo. A cartografia moderna é um instrumento extremamente performativo dessa ideia (BROWN; KNOPP, 2006), pois sustenta nos mapas a ideia do espaço-comum. As teorias críticas, por sua vez, argumentam que esse limite é um marco negociado e utilizado dentro de critérios exclusionistas. Deriva-se daí todos os estudos críticos sob ideia de xenofobia e imigração ilegal sustentados em cruces de fronteiras. Contudo, também pouco problematizam a identidade espacial como um espaço de inscrição de premissas culturais (RIZVI, 2009). Os

⁵ Para mais detalhes, cf. Autor (2016)

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

estudos *queer*, mais do que entender o limite como um marco regulatório do território, o entendem como um discurso que acompanha o sujeito, normatizando seu cotidiano em uma geopolítica corporizada, pois conforme argumenta Van Oorschot (2013), a produção de diferença em quanto às identidades espaciais designa os sujeitos a viverem essas geopolíticas de forma assimétrica.

Nação

A linearidade entre limite, escala e nação sustenta muitos desafios aos geógrafos. Sidhu e Dall'Alba (2012) apresentam um exemplo de uma normatização teórica quanto ao espaço quando apontam que a mobilidade internacional é compreendida em um binário nacional/estrangeiro. Quando a nação é associada linearmente com o território e esse também tomado como sinônimo de área, como sugeriu Collinge (2005) se efetiva um discurso de uma geografia homogênea. Essa nação que se instala discursivamente se nega a cultura como devir e os processos de negociação dos sujeitos no espaço, conforme também alerta Rizvi (2009).

O discurso performativo é ao mesmo tempo reprodução e contingenciamento (YOUDELL, 2007), sendo as escalas espaciais os meios pelos quais esses discursos espaciais continuam forjando os limites duradouros da nação. Dessa forma, a nação é tanto exercício contínuo de identificação quanto discurso restritivo que governa os corpos. Quando há essa assunção imediata entre um estereótipo nacional e os sujeitos nascidos nesses territórios, se entrecruzam políticas internacionais nos próprios corpos. Um exemplo mais evidente disso é quando as políticas de sanções internacionais às nações são interpostas aos seus naturais, tais como se presenciou recentemente com o banimento de cidadãos de certos países islâmicos nos Estados Unidos.

À geografia cultural, por exemplo, a linearidade do discurso nacional pode incorrer no risco de atribuir a cultura ao território idealizado da nação e não aos sujeitos que o produzem cotidianamente. Dessa forma, a presença de elementos culturais alheios à cultura dominante de certos territórios encontra um difícil caminho de legitimação, sendo sempre apontada como nacionalidades dispersas, a exemplo da cultura de origem africana no Brasil ou nas culturas árabes na Europa Ocidental. Em reivindicar o caráter não-fixo, instável e social da produção dos territórios, fragilizamos muitos dos discursos totalitários da xenofobia e da hegemonia cultural.

Agenda de Investigação

Os aportes feministas e em particular a literatura *queer* nos permitem mover as leituras geográficas para campos mais políticos, mais vividos e de muito maior complexidade. Por isso, o potencial de sua ação teórica é estimulante e ingente às pesquisas das ciências sociais e em especial da Geografia. A proposição de uma agenda desconstrutiva não é a proposição de autoras específicas apenas, mas o esforço para analisarmos com atenção os pressupostos teóricos que operam negligenciados nos conceitos e abordagens que usamos. Uma estratégia de produção de conhecimento apoiada em ideias de neutralidade, linearidade e universalidade pode estar reproduzindo desigualdades, pois desconsidera os contextos de produção desse conhecimento e ignora quem o está produzindo.

A aproximação de autores como Foucault e Deleuze tem sido muito profícua para teóricos em Geografia. Ainda que haja críticas por parte de correntes *queer* quanto à negligência desses autores a temas cruciais como gênero, sua obra é extensa e disruptiva e ainda nos permite problematizar muito em nossas práticas investigativas. A teoria de poder de Foucault, por exemplo, muito explorada entre investigadores do Ensino de Geografia e ainda tímida em outros campos da Geografia, nos permite olhar como a política se agencia em cotidianos dispersos. Um exemplo de conceitos ainda pouco explorado nas pesquisas geográficas é o de *espaço liso* e *espaço estriado* de Deleuze e Guattari (1987). Parte de um mesmo entendimento, eles são dimensões que se produzem em inacabamento. Enquanto o espaço estriado seria o limite, o normativo, o codificado, o espaço liso é o aberto, fluido, abstrato e desregulado. Não são binários de oposição, são partes de um mesmo processo de produção da realidade, em contínua tensão disjuntiva.

A última década foi de imenso trabalho para teóricas feministas *queer* mundo afora, que produziram incontáveis obras e com grande teor de problematização. O trabalho de Karen Barad (2003) sobre os novos materialismos e o pós-humanismo é um exemplo contundente. Na Geografia, o trabalho de Sarah Ahmed também merece destaque, pois a autora trouxe com muita profundidade teórica à literatura *queer* para propor uma estratégia fenomenológica (AHMED, 2006), além de oferecer olhares complexos sobre a ideia de *afeto* (AHMED, 2014).

De forma muito superficial e resumida, esse texto configura-se como um abrir-portas para que investigadoras e investigadores iniciantes nos estudos pós-análises em Geografia e ciências sociais possam tomar contato com uma parte importante da literatura.

Como professor e pesquisador, me sinto politicamente estimulado por essas ideias e como as mesmas nos podem ajudar a desestabilizar *establishments* de pensamento-ação masculinos. Elas anunciam um espaço que não é separado de como nós o produzimos como sujeitos e nos oferecem ferramentas para distorcê-lo, fazendo com que outros conhecimentos saiam dos armários epistemológicos.

Referências

- AHMED, Sara. *Queer phenomenology: Orientations, objects, others*. Estados Unidos: Duke University Press, 2006.
- AHMED, Sara. *Cultural politics of emotion*. Reino Unido: Edinburgh University Press, 2014.
- ARNEIL, Barbara. *Politics & feminism*. Reino Unido: Blackwell Publishers, 1999.
- AZÓCAR FERNÁNDEZ, Pablo Iván; BUCHROITHNER, Manfred Ferdinand. *Paradigms in Cartography*. Reino Unido: Springer, 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-3-642-38893-4>>
- BARAD, Karen. Posthumanist performativity: Toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs*, v. 28, n. 3, p. 801–831, 2003.
- BORDO, Susan. The Cartesian Masculinization of Thought. *Signs*, v. 11, n. 3, p. 439–456, 1986.
- BRENNER, Neil. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in human geography*, v. 25, n. 4, p. 591–614, 2001.
- BROWN, Michael; KNOPP, Larry. Places or polygons? Governmentality, scale, and the census in the Gay and Lesbian Atlas. *Population, Space and Place*, v. 12, n. 4, p. 223–242, 2006.
- BROWN, Michael; KNOPP, Larry. Queering the Map: The Productive Tensions of Colliding Epistemologies. In: *The Map Reader: Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation*, v. 98p. 456–463.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Estados Unidos: Taylor & Francis, 2011.
- COLLINGE, Chris. The différence between society and space: Nested scales and the returns of spatial fetishism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 23, n. 2, p. 189–206, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia*. Reino Unido: Athlone, 1987.
- DJOHARI, Natalie; BROWN, Adam; STOLK, Paul. The comfort of the river: understanding the affective geographies of angling waterscapes in young people's coping practices. *Children's Geographies*, v. 3285, p. 1–12, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.
- ISSN: 2176-5774

1985.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *La hermenéutica del sujeto: Cursos Del College De France, 1981-1982*. Espanha: Ediciones Akal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 45–86, 2015.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

KAISER, Robert; NIKIFOROVA, Elena. The performativity of scale: the social construction of scale effects in Narva, Estonia. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 26, n. 3, p. 537–562, 2008.

KORO-LJUNGBERG, Mirka. *Reconceptualizing qualitative research: Methodologies without methodology*. Estados Unidos : SAGE Publications, 2015.

LEGG, Stephen. Foucault's population geographies: classifications, biopolitics and governmental spaces. *Population, Space and Place*, v. 11, n. 3, p. 137–156, 2005.

LEGG, Stephen; BROWN, Michael. Moral regulation : historical geography and scale. *Journal of Historical Geography*, v. 42, p. 134–139, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jhg.2013.02.001>>

MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, p. 219–242, 2000.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. John Wiley & Sons, 2013.

MATUS, Claudia. *Imagining Time and Space in Universities*. Basingstoke: Palgrave-McMillan, 2016.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. In: *Intersectionality and Beyond*. Reino Unido: Routledge-Cavendish, 2008. p. 65–92.

NELSON, Lise. Bodies (and Spaces) do Matter : The limits of performativity. *Gender , Place & Culture : A Journal of Feminist*, March 2014, p. 37–41, 1999.

PUAR, Jasbir K. *Terrorists Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Estados Unidos: Duke University Press, 2007.

RIZVI, Fazal. Towards cosmopolitan learning. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, v. 30, n. 3, p. 253–268, 2009.

ROSENBLUM, Darren. Queer intersectionality and the failure of recent lesbian and gay

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 40, v. 1, p. 52-67, Jan./Jun. 2018.

ISSN: 2176-5774

victories. *Law & Sexuality: Rev. Lesbian & Gay Legal Issues*, v. 4, p. 83, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHURR, Carolin. Performativity and antagonism as keystones for a political geography of change. *Performativity, Politics, and the Production of Social Space*, p. 95–120, 2014.

SIDHU, Ravinder Kaur; DALL'ALBA, Gloria. International education and (dis) embodied cosmopolitanisms. *Educational philosophy and theory*, v. 44, n. 4, p. 413–431, 2012.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SMITH, Neil. Geography, difference and the politics of scale. In: *Postmodernism and the social sciences*. Estados Unidos: Springer, 1992. p. 57–79.

ST. PIERRE, Elizabeth Adams. Poststructural feminism in education: An overview. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 13, n. April 2015, p. 477–515, 2000.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or “Glocalisation”? Networks, Territories and Re-Scaling. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 17, n. 1, p. 1–46, 2004.

TALBURT, Susan; MATUS, Claudia. Confusing the grid: spatiotemporalities, queer imaginaries, and movement. *Gender, Place & Culture*, v. 21, n. 6, p. 785–801, 2014.

Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0966369X.2013.802666>>

VAN OORSCHOT, Irene. Negotiating knowledges abroad: non-Western students and the global mobility of knowledge. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, v. 7925, n. August 2014, p. 1–21, 2013. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057925.2013.824782>>

WILSON, Helen F. On geography and encounter: Bodies, borders, and difference. *Progress in Human Geography*, 2016. Disponível em:

<<http://phg.sagepub.com/content/early/2016/05/12/0309132516645958?papetoc>>

YOUDELL, Deborah. Subjectivation and performative politics—Butler thinking Althusser and Foucault: intelligibility, agency and the raced–nationed–religioned subjects of education. *British Journal of Sociology of Education*, v. 27, n. 4, p. 511–528, 2006. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01425690600803160%5Cnhttp://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01425690600803160>>

YOUDELL, Deborah. Diversity , Inequality , and a Post-structural Politics for Education. *Discourse : Studies in the Cultural Politics of Education*, May 2013, p. 37–41, 2007.

ZALTA, Edward N. *Stanford encyclopedia of philosophy*. Estados Unidos: Stanford University, 2003.